

EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Viviane Nunes Carvalho¹
Barbara Sousa Gonçalves²
Lourdes Maria de Oliveira Paula Mota³

RESUMO

O estudo discute a importância da educação na prevenção da violência sexual infantil. Destaca a notoriedade que o professor exerce da sua formação sobre esse tema não deixando de ser relevante nas práticas educacionais para o direcionamento a crianças e adolescentes. A identificação, prevenção e resposta a casos de abuso sexual se torna um papel crucial dos educadores e gestores. É necessária uma abordagem que integra, uma educação sobre consentimento, limites saudáveis, reconhecimento de comportamento inadequados e apoio às vítimas. A pesquisa motivou a realizarmos uma análise de cunho qualitativo com questionários semiabertos para professores e gestores buscando compreender as dificuldades encontradas no âmbito escolar. O gestor propõe ações de prevenção e intervenção para lidar com casos de abusos somente no período do maio laranja que enfatiza a temática quanto a formação dos docentes pouco debatido o que no questionário dos professores difere pois são os primeiros a detectar os sinais e de como proceder para qualidade educacional dos alunos para um ambiente seguro e acolhedor.

Palavras-chave: Educação, Prevenção, Violência Sexual Infantil, Docente, Gestor.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil é uma realidade enraizada no âmbito familiar e perpetrada por pessoas conhecidas das vítimas, o que dificulta sua denúncia. Contudo, a escola desempenha um papel crucial na detecção e intervenção nesses casos, uma vez que a sexualidade infantil se manifesta em seu ambiente por meio de atividades lúdicas, aprendizado e desenvolvimento. É essencial, portanto, que os educadores recebam formação aprofundada sobre essa temática, pois a falta de preparo pode impedir a identificação de sinais de violência entre os alunos.

¹ Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, vivianenunescarvalho@hotmail.com

² Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, barbarasouusa@hotmail.com;

³ Professora mestre do Departamento de Educação da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, lourdesmota@professor.uema.br

Lamentavelmente, devido a equívocos comuns, muitos adultos temem que discutir a sexualidade no contexto educacional possa estimular a curiosidade precoce das crianças e antecipar sua vida sexual. No entanto, é fundamental que os professores reconheçam sua importância e a contribuição do seu papel na educação sexual infantil e que as instituições educacionais assumam a responsabilidade de fornecer esse conhecimento de forma apropriada às crianças.

Compreender como a escola pode contribuir para a identificação da violência sexual infantil destaca a importância da prevenção no ambiente escolar e a necessidade de os docentes estarem atentos a possíveis casos de abuso. A noção de que as crianças são assexuadas, inocentes e incapazes de compreender a sexualidade dificulta o diálogo entre educador e aluno, levando muitos a acreditarem que elas não precisam adquirir esse conhecimento. No entanto, a educação sexual na escola visa conceder voz às crianças, esclarecendo suas dúvidas e capacitando-as para reconhecer as situações de perigo, o que contribui para a redução da incidência de crimes como a pedofilia e a violência sexual infantil.

Estudos demonstram que crianças que compreendem a sexualidade humana são menos vulneráveis do que aquelas desinformadas, que podem ser coagidas a manter em segredo os abusos que sofrem. Entretanto, é responsabilidade dos adultos garantir a proteção das crianças, conforme descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, é essencial reconhecer o papel crucial dos educadores na proteção das crianças e promover o diálogo sobre a prevenção da violência sexual infantil no contexto educacional. Isso não se limita a ensinar as crianças a se protegerem, mas também a capacitá-las a questionar suas relações sociais e a exercer autonomia.

Para entender as percepções dos professores sobre a sexualidade infantil e a importância da educação sexual, bem como o impacto de sua formação nesse contexto, propõe-se a realização de uma pesquisa qualitativa. Esta pesquisa visa analisar as respostas dos professores sobre a educação sexual como medida de prevenção da violência sexual na infância,

reconhecendo a necessidade de uma formação abrangente nesse tema, independente de orientação religiosa ou política.

2 METODOLOGIA

De acordo com Oliveira (2007, p.117), a pesquisa qualitativa busca descrever a complexidade de uma hipótese ou problema, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, além de apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo, permitindo uma interpretação mais profunda das particularidades dos comprometimentos ou atitudes dos indivíduos. Assim, o presente projeto de pesquisa adota uma abordagem qualitativa.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com perguntas semiabertas. Conforme definido por Parasuraman (1991), um questionário é um conjunto de questões elaboradas para gerar os dados necessários para atingir os objetivos de um projeto de pesquisa. Os questionários consistem em uma série de questões submetidas a um grupo específico de pessoas para obter informações sobre um determinado assunto (FACHIN, 2006).

Uma vantagem dos questionários é sua praticidade e rapidez na coleta de dados junto a indivíduos ou grupos. Além disso, requer pouco tempo para aplicação e coleta de dados.

2.1 Procedimentos de investigação

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário. Conforme definido por Gil (2011, p.128), o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões apresentadas por escrito às pessoas, com o objetivo de obter informações sobre opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros. O questionário propicia o anonimato do respondente e visa capturar respostas objetivas, sem focar na personalidade do entrevistado.

2.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os professores e gestores visto que a pesquisa abrange o espaço escolar.

2.3 Local da Pesquisa

Foi realizada numa escola da rede pública de ensino do município em São José de Ribamar – Maranhão.

2.4 Perspectiva de análise e interpretação de dados

A pesquisa realizada se concretizou numa análise de conteúdo, visto que esse método tem a semântica como seu principal pilar, ou seja, compreender o verdadeiro sentido de um texto. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema abordado neste artigo destaca a importância da escola no combate à violência sexual infantil e as dificuldades enfrentadas pelas vítimas menores de idade, que, devido ao estágio incompleto de desenvolvimento, ainda não possuem maturidade suficiente para se defenderem plenamente. De acordo com Guerra define:

[...] envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que não têm condições de compreender plenamente e para as quais soam incapazes de dar o consentimento informado ou que violam as regras sociais e os papéis familiares. Incluem a pedofilia, os abusos sexuais violentos e o incesto, sendo que os estudos sobre a frequência sexual violenta são mais raros do que os que envolvem violência física. O abuso pode ser dividido em familiar e não familiar. Aproximadamente 80% são praticados por membros da família ou por pessoa conhecida confiável, sendo que cinco tipos de relação incestuosa são conhecidos: pai-filha, irmão-irmã, mãe-filho, pai-filho e mãe-filha.

O abuso e a exploração sexual representam formas silenciosas e cruéis de violência contra crianças. Frequentemente perpetrados por pessoas

próximas ou conhecidas das vítimas, esses casos tornam-se ainda mais complexos e ocultos. Como resultado, muitas vezes não são denunciados ou demoram anos para serem descobertos. O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 5º, reflete a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, estabelecendo que nenhuma criança ou adolescente deve ser sujeito a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. É evidente que a violência sexual precisa ser abordada de forma isolada, considerando todas as circunstâncias e os impactos proporcionais na vida da criança após a descoberta do ato violento.

O Projeto de Lei nº 4224, de 2021, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

No Diário Oficial da União, 15 de janeiro de 2024 foi publicada uma nova lei que trata, de forma ampla, das medidas para prevenir e combater a violência contra crianças e adolescentes em instituições educacionais ou similares. A lei estipula os órgãos políticos encarregados de implementar essas medidas, o desenvolvimento de protocolos de proteção e a criação da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O artigo 7º do Projeto de Lei altera a Lei dos Crimes Hediondos, adicionando como crimes hediondos o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou automutilação através de redes de computadores, redes sociais ou transmissões em tempo real, bem como os crimes de sequestro, cárcere privado e tráfico de pessoas praticados contra crianças e adolescentes. Além disso, inclui os crimes relacionados à pedofilia conforme previstos nos artigos 240, § 1º e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O artigo 8º também altera o ECA para ampliar a responsabilidade penal por condutas envolvendo pedofilia ou a transmissão de imagens ou vídeos de

crianças ou adolescentes envolvidos em atos infracionais ou outros crimes, permitindo sua identificação.

O artigo 9º modifica o ECA ao exigir que instituições sociais públicas ou privadas que trabalhem com crianças e adolescentes e recebam recursos públicos solicitem e mantenham certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, atualizadas a cada seis meses. Além disso, propõe a criação de um novo crime, que só pode ser cometido pelos pais ou responsáveis legais, caso deixem de comunicar intencionalmente às autoridades o desaparecimento de uma criança ou adolescente.

A aprovação presidencial representa uma significativa inovação legislativa que está totalmente alinhada com as normas e princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988. É importante ressaltar o compromisso do Governo Federal na formulação e implementação de políticas públicas e estratégias eficazes para prevenir, combater e punir casos de violência escolar e virtual, incluindo bullying e cyberbullying. Além disso, destaca-se o esforço em promover a conscientização nas escolas e na sociedade sobre os impactos negativos desses comportamentos, encorajando a denúncia, aplicando penalidades aos infratores e oferecendo apoio às vítimas.

3.1 Violência sexual infantil

A violência foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como o "uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações". Conseqüentemente, é um ato de brutalidade que envolve maus-tratos, abuso físico, sexual e/ou psíquico contra o sujeito, pressupondo as relações intersubjetivas e sociais determinadas pela opressão, intimidação e/ou pelo medo.

A violação da sexualidade é uma grave forma de violência que afeta profundamente as vítimas, especialmente quando se trata de crianças, que são mais vulneráveis e não têm a maturidade necessária para identificar e enfrentar tais situações. Esse tipo de violação pode ocorrer quando uma criança é

envolvida em atividades sexuais com um adulto ou pessoa mais velha, em que há uma diferença de idade, tamanho ou poder, e a criança é usada como objeto sexual para a satisfação das necessidades ou desejos do adulto.

Em alguns casos, o abusador se aproveita do estado de desenvolvimento sexual da vítima, manipulando sua inexperiência para gerar culpa, fazendo-a acreditar que consentiu com o ato, o que pode levá-la ao silêncio diante do ocorrido.

O uso do poder por assimetria entre abusador e abusado é ingrediente por excelência de toda a situação de abuso. O abusador se aproveita do fato da criança ter sua sexualidade despertada para consolidar a situação de acobertamento. A criança se sente culpada por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir seu consentimento. (ABRÁPIA, 2002, p.6)

3.2 Papel da escola na prevenção

A escola desempenha um papel crucial no enfrentamento do abuso sexual infantil. Considerando que o atendimento às vítimas de violência sexual é um desafio para diversos profissionais envolvidos, é importante que a escola contribua para a identificação, denúncia, encaminhamento e, principalmente, prevenção desses casos.

Conforme estabelecido no artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes devem ser comunicados obrigatoriamente ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras medidas legais. Nesse sentido defende Furniss:

"Como um problema multidisciplinar, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas. Como um problema legal e terapêutico, requer, por parte de todos os profissionais envolvidos, o conhecimento dos aspectos criminais e de proteção da criança, assim como dos aspectos psicológicos. Envolve as crianças como seres humanos estruturalmente dependentes, que são pessoas com seus próprios direitos, mas que não podem exercer esse direito elas mesmas, precisando de proteção e do cuidado dos pais. A natureza específica do abuso sexual da criança como uma síndrome conectadora de segredo para a criança, a pessoa que cometeu o abuso e a família, e como uma síndrome de adição para a pessoa que cometeu o abuso complica tanto a intervenção legal quanto a intervenção

protetora da criança, assim como a própria terapia.

Segundo Jean Von Hohendorff, doutor em Psicologia e professor do programa de pós-graduação stricto sensu da Imed, no Rio Grande do Sul, é fundamental que os professores tenham clareza sobre os tipos de violência contra a criança antes de qualquer intervenção preventiva. Ele enfatiza que a informação dos professores é a melhor ferramenta de prevenção, seguida pelo trabalho com os alunos para conscientizá-los sobre seus direitos conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Von Hohendorff também destaca a importância da educação sexual nas escolas, com o objetivo de ensinar noções de conhecimento corporal, mudanças físicas, higiene e estabelecer limites de consentimento.

Para promover a redução da violência contra as crianças, é essencial que os professores promovam discussões e forneçam informações sobre os órgãos de proteção e políticas públicas em sala de aula. Rosely Sayão complementa essa ideia ao destacar a importância de os professores estabelecerem uma relação de confiança com os alunos, sem criar cumplicidade e suspendendo seus próprios julgamentos.

Dentro desse contexto, é relevante considerar a perspectiva de Paulo Freire, que ressalta a importância de compreender as diferentes histórias de vida e experiências dos alunos. Para ele, é fundamental buscar informações sobre cada aluno e sua forma de aprender. Portanto, o enfrentamento das questões relacionadas à violência sexual e à sexualidade na escola deve ser acompanhado por um processo contínuo de formação e debate entre os educadores.

Em relação ao artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ele estabelece penalidades pecuniárias para casos de flagrante omissão por parte de professores ou responsáveis por estabelecimentos de ensino fundamental.

Art. 245 Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990)

Portanto, está evidente a importância de sensibilizar professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para identificarem, o mais precocemente possível as vítimas de violência sexual nas salas de aula, tornando-se, dessa maneira, agentes de promoção de saúde e prevenção da violência. Escola e sociedade dentro de uma visão multidisciplinar no enfrentamento da violência sexual infantil deve estar intimamente ligadas e, portanto, corresponsáveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise de dados do Gestor

O gestor escolar tem um papel de extremo valor dentro da escola, e a sua função determina a qualidade da educação, e influencia o comportamento e a rotina de todos na comunidade escolar.

Portanto, o levantamento de dados, foi feito por meio de questionário com perguntas abertas com o gestor da escola Municipal Alto do Turu- São José de Ribamar, MA. A primeira pergunta foi feita sobre a prevenção da violência sexual infantil na escola. O gestor respondeu que: " A escola tem um grande poder de informar, conscientizar as crianças dos perigos, do que é permitido e o que ultrapassa o respeito ao seu corpo". (Gestor, 2023). Nota-se que a gestão escolar está atenta à questão da violência sexual infantil, assumindo a responsabilidade de fornecer informações como medida preventiva para os estudantes.

O segundo questionamento foi sobre a promoção de ações com o foco na prevenção sexual infantil. O gestor fez a seguinte colocação: "Sim, o nosso principal foco é o maio laranja que trabalha a conscientização da exploração sexual, com palestras com o CREAS e ao longo do ano os professores orientam sobre essa temática tão importante" (GESTOR, 2023). Evidencia-se que a escola aborda com mais ênfase sobre a violência e exploração sexual infantil no mês de maio, onde é reforçado sobre a importância da conscientização da temática.

Na terceira pergunta, queríamos saber qual era a frequência que essas palestras eram oferecidas durante o ano letivo, e dentre as opções, o gestor respondeu que é ofertada com pouca frequência. Presume-se que a escola ainda

precisa de planejamento para abordar a temática da violência sexual infantil com mais periodicidade durante o ano escolar, uma vez que essa temática é mais discutida no mês de maio, no maio laranja.

A quarta pergunta conduziu-se a quais cuidados são tomados caso haja identificação ou suspeita de abuso sexual com algum aluno da instituição, houve como resposta: “Ficamos atentos a mudança de comportamento, aos sinais de que a criança na sua inocência nos repassa e encaminho para a equipe multiprofissional (psicóloga, assistente social) para fazer a detecção e encaminhar para os órgãos responsáveis.” Nota-se que a escola possui uma diretriz quando se trata de medidas protetivas com as crianças, dessa forma, trabalhando de forma adequada na ação pós abuso sexual infantil.

Podemos concluir que a violência e exploração sexual infantil demandam uma abordagem mais dedicada dentro do ambiente escolar. Embora receba maior destaque durante o mês de conscientização, em maio laranja, é crucial que seja incorporada de maneira mais eficaz ao planejamento escolar e ao trabalho dos professores ao longo de todo o ano letivo.

O papel do diretor escolar é essencial na prevenção da violência sexual infantil, já que ele tem a capacidade de estabelecer um ambiente seguro, introduzir políticas e programas eficazes, além de assegurar que os professores e funcionários recebam treinamento adequado sobre esse tema crucial.

4.2 Análise de dados dos Professores

Na fase da Educação Infantil, é crucial estabelecer uma base sólida para que as crianças compreendam o corpo humano, a noção de intimidade e os limites pessoais. Isso envolve auxiliá-las a entender as distinções entre gêneros e promover a consciência de que cada indivíduo é único e especial. Nesse contexto, o professor desempenha um papel vital na formação educacional e social das crianças. Portanto, contar com professores bem treinados e alinhados com o planejamento educacional da escola, priorizando o bem-estar infantil, contribui significativamente para um ambiente escolar mais produtivo.

Entretanto, é importante destacar que o abuso sexual pode causar traumas de longo prazo na saúde física e mental da criança, representando um desafio significativo para sua vida escolar. Por essa razão, é crucial que os

professores estejam bem-preparados para enfrentar e prevenir esse tipo de violência, visando proteger a integridade física e mental dos alunos. Isso não apenas proporciona um ambiente de aprendizado de qualidade, mas também contribui para a formação integral dos estudantes ao longo da vida.

Com o intuito de investigar e compreender a visão dos professores sobre essa questão, conduzimos uma pesquisa utilizando um questionário aberto com três professoras do ensino infantil, identificadas como Maria, Fátima e Rosa.

Quando questionadas sobre suas perspectivas em relação à educação sexual na educação infantil, a professora Maria expressou o seguinte ponto de vista: "Se houver interesse (nessa faixa etária), acredito que podemos orientar aspectos e valores, como o cuidado com o corpo, a proteção e o entendimento do próprio corpo (autoconhecimento e autocuidado). No entanto, esse processo deve envolver necessariamente a família da criança também" (MARIA, 2023).

Ao abordar a mesma questão com a professora Fátima, ela respondeu da seguinte maneira: "Considero importante porque uma criança bem-informada pode reconhecer, evitar e reportar possíveis situações de abuso" (FÁTIMA, 2023).

Já a professora Rosa compartilhou sua opinião da seguinte forma: "Acredito que a educação sexual deve ser iniciada pela família e complementada pela escola. Os pais ou familiares devem dialogar sobre identidade de gênero, diferenças corporais entre meninos e meninas e, principalmente, o respeito ao próprio corpo e ao dos outros. A escola atua como uma aliada nesse processo" (ROSA, 2023).

Nesse contexto, é evidente que as professoras reconhecem a importância de discutir esse tema, embora isso nem sempre ocorra efetivamente em sala de aula. Ao abordar a educação sexual na educação infantil, os educadores contribuem para o desenvolvimento completo e saudável das crianças, preparando-as para lidar de forma positiva e informada com questões relacionadas à sua sexualidade. É fundamental destacar que essa abordagem deve ser adequada à idade das crianças, respeitando sua maturidade e compreensão.

Quando perguntadas sobre os sinais que podem indicar que uma criança ou jovem está sofrendo abuso sexual e como identificar o problema, Maria

ofereceu a seguinte resposta: "Sinais como hematomas, fraturas frequentes, queimaduras persistentes, mudanças abruptas de comportamento (tristeza excessiva ou agressividade), regressão de comportamento, medos. Para identificar, é importante observar, conhecer a criança e conversar com ela para que compreenda os limites em relação ao próprio corpo". A professora Fátima também respondeu à mesma pergunta: "Mudanças no comportamento, tristeza, agressividade, isolamento social, queda no desempenho escolar, isolamento repentino".

A professora Rosa adicionou: "Os sinais mais comuns podem ser desde o distanciamento social, um afastamento da criança ao não querer brincar ou conversar, bem como agressividade com os colegas, principalmente do sexo oposto, dentre outros. Quem identificar os sinais deve dar segurança a criança e ao jovem para falar".

É de suma importância que os educadores estejam atentos aos sinais que crianças e jovens podem apresentar quando estão sofrendo violência sexual. Eles desempenham um papel crucial na detecção e no encaminhamento adequado dos casos de abuso. Sua vigilância, cuidado e prontidão em identificar e encaminhar tais situações são essenciais para garantir a segurança e o bem-estar das crianças e jovens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou a importância de discutir a educação sexual na escola como parte da luta contra o abuso sexual infantil. A escola desempenha um papel crucial nesse esforço, pois tem a responsabilidade de detectar e diagnosticar possíveis casos. É fundamental desmistificar a crença de que as crianças são muito inocentes para compreender o tema. A análise dos dados da pesquisa sugere que crianças que têm conhecimento sobre o assunto têm menos probabilidade de vivenciar situações de abuso em qualquer nível.

No entanto, reconhecemos a importância de preparar os professores que trabalham com a educação infantil e o ensino fundamental, integrando esse tema nos currículos de graduação e pós-graduação. Além das formações contínuas, é essencial que os educadores busquem seu próprio desenvolvimento individual em aspectos educacionais, pedagógicos e didáticos, a fim de compreender a

sexualidade infantil de maneira mais abrangente. Eventos como simpósios, encontros e convenções podem ser dedicados a esse assunto, orientando os docentes para um debate mais aprofundado.

Na pesquisa, que envolveu gestores e professores, foram coletados dados para analisar as respostas dos entrevistados. Segundo a análise das respostas do gestor, observamos que ele percebe a educação como uma ferramenta para conscientizar as crianças sobre os limites do corpo. O gestor também reconhece a importância do "Maio Laranja" e apoia a realização de palestras com essa temática. Esses aspectos revelam um comprometimento por parte da direção da escola em conscientizar e combater a exploração sexual infantil.

É crucial abandonar concepções antiquadas que impedem a discussão de novos conceitos, especialmente no que diz respeito ao termo individual. Essa mudança é fundamental para promover a conscientização em todas as esferas, especialmente na Educação Infantil. Portanto, é essencial que a família, os gestores, os educadores e a sociedade se unam em prol da educação sexual, permitindo que seja discutida de forma aberta e inclusiva no campo educacional, como parte de uma luta incansável contra os predadores infantis.

AGRADECIMENTOS (Opcional)

REFERÊNCIAS

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual – mitos e realidade**. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 3ª Ed., Abrapia, 2002
Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). **Crianças vítimas de abuso sexual: alguns aspectos observados em seu desenvolvimento**. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 11 (3), 559-578

Araujo, M. F. (2002). **Violência e abuso sexual em família**. *Psicologia em Estudo*, 7 (2), 3-11.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero**. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 21, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro: Editora S.A, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. Ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

Convenção sobre os Direitos da Criança em: <
<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso:
27 de maio de 2027

Escola que protege em: <
https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf&ved=2ahUKEwjLsPqg9K7-AhV0qpUCHf_oDDIQFnoECAwQBg&usq=AOvVaw3XfAlp_FSD7WvgDNp6xC
Gc Acesso em: 27 de maio de 2023.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: **um problema global de saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, p.1.163-78, 2007.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar**. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993, p.12

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: **saberes necessários à prática educativa**. São Paulo:Paz e Terra,1996.

GOV.BR. **Prevenção à violência Presidente sanciona lei que reforça proteção a crianças e adolescentes contra violência nas escolas**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/01/presidente-sanciona-lei-que-reforca-protecao-a-criancas-e-adolescentes-contraviolencia-nas-escolas> Publicado em: 15 de janeiro 2024.

Santos, Benedito Rodrigues dos Guia escolar: **identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes** /Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SAYÃO, Rosely. **Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola**. In: AQUINO, Júlio G. (org.) **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus,1997, p.97-105.

Portal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (TJMA) em: <
<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/503419>. Acesso em: 09 de maio de 2027

O papel da escola no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes em:<
<https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14963-o-papel-da-escola-no-combate-ao-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 27 de maio de 2023:

6 APÊNDICE A: Questionário dos professores

01. Qual a sua concepção sobre a educação para a sexualidade na educação infantil?

02. Quais os sinais podem ser percebidos quando uma criança ou jovem está sofrendo abuso sexual e como identificar o problema?

03. Uma vez que se perceba uma situação suspeita de abuso sexual com um estudante, quais são as medidas cabíveis para dar apoio ao aluno e sua família?

04. Qual impacto da violência sexual na aprendizagem e convívio escolar da criança?

7 APÊNDICE B: Questionário dos gestores

01. Qual papel da escola na prevenção da violência infantil?

02. A escola desenvolve ações que promovam educação sexual para os alunos na prevenção de abuso sexual? Se sim, quais?

03. Com que frequência a instituição oferece palestras para os docentes que promovam discussões sobre a temática da prevenção da violência sexual infantil?

() Frequente () Pouco frequente () Não é ofertada

04. Quais os cuidados são tomados na escola para identificar casos de estudantes que possam estar sofrendo violência sexual?